

Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento*

Gilson Batista de Oliveira**

Resumo

A busca desenfreada pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico levou a maioria dos países do mundo a concentrar seus esforços na promoção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), deixando a qualidade de vida em segundo plano. O crescimento econômico era visto como meio e fim do desenvolvimento. Esta visão está mudando lentamente, mas deixou graves danos para a humanidade. Desta forma, o objetivo desse artigo é esclarecer o significado do conceito de desenvolvimento, enfatizando a controvérsia existente entre este e o conceito de crescimento econômico. Procura-se ademais discutir a relação entre desenvolvimento e meio ambiente, desenvolvimento e industrialização, assim como o conceito de desenvolvimento humano.

Palavras-chave: crescimento econômico, desenvolvimento, industrialização e desenvolvimento humano.

Abstract

A wild search for industrialization and economic development leads most of the countries of the world to concentrate their efforts in promoting a Gross National Product increase, letting quality of life be in a second level. The economic growth was seen as the only way of reaching development. This focus on growth is changing, little by little, nevertheless it brought serious damages for humanity. The aim of this paper is to clarify the meaning of the concept of development, emphasizing the existing controversy between this concept and the concept of economic growth. It argues the relation between development and environment, development and industrialization, as well as the concept of human development.

Key words: economic growth, development, industrialization and human development.

*Este artigo é baseado na discussão central da dissertação de mestrado do autor, intitulada O Desenvolvimento Humano e Social na Região Metropolitana da Baixada Santista: 1970, 1980 e 1991” apresentada, em julho de 1999 ao Curso de Mestrado em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná.

**Economista. Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná, UFPR. Professor da FAE - Business School. E-mail: gilbat@ig.com.br

Introdução

O desenvolvimento da indústria e o crescimento dos padrões de consumo têm levado o homem a refletir sobre a vida que leva. Isto é, pensar sobre os efeitos do processo de crescimento econômico no padrão de vida da sociedade. Essa consciência vem florescendo, principalmente, a partir da Segunda Guerra Mundial.

A década de 1990 foi marcada por uma série de debates sobre o chamado desenvolvimento sustentável. Este conceito abrange a preocupação da sociedade com a oferta futura de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência da humanidade. A ECO-92, no Rio de Janeiro, é um exemplo da preocupação do homem com seu planeta e com seu semelhante. As nações passam a preocupar-se finalmente com os impactos do processo de crescimento na qualidade de vida.

Neste artigo procura-se discutir o verdadeiro sentido do desenvolvimento. Para tanto, é abordada a relação entre o conceito de crescimento econômico e o conceito de desenvolvimento, assim como a relação entre desenvolvimento, meio ambiente, industrialização e qualidade de vida.

O sentido do desenvolvimento

O debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico, pois muitos autores atribuem apenas os incrementos constantes no nível de renda como condição para se chegar ao desenvolvimento, sem, no entanto, se preocupar como tais incrementos são distribuídos. Deve-se acrescentar que “apesar das divergências existentes entre as concepções de

desenvolvimento, elas não são excludentes. Na verdade, em alguns pontos, elas se completam” (SCATOLIN, 1989, p.24).

O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir “as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)” (VASCONCELLOS e GARCIA, 1998, p. 205).

Os debates sobre o desenvolvimento econômico foram acirrados no período posterior à segunda grande guerra.¹ Segundo Sunkell e Paz (1988), terminado o conflito bélico, que foi resultado de fatores econômicos, políticos e históricos muito profundos, que não cabe analisar aqui, o tema foi encarado por todos os países, principalmente os aliados, que visavam livrar o mundo, e, obviamente, seus próprios territórios, dos problemas que os perseguiram (e ainda perseguem) nos períodos anteriores: guerra, desemprego, miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais. Essa preocupação revelou os anseios de progresso e de melhoria das condições de vida das nações e regiões, que podem ser vislumbrados tanto na primeira Declaração Inter-aliada de 1941, como na Carta do Atlântico, do mesmo ano, que expressavam o desejo de criar condições para que todos os homens possam desfrutar de seguridade econômica e social. Tais intenções foram reafirmadas em diversas

¹ A Segunda Guerra Mundial durou de 1939 a 1945.

declarações e conferências que sucederam o período de guerra.²

O documento de maior importância dessa época, no que tange a questões de desenvolvimento, é a Carta das Nações Unidas, divulgada, em abril de 1945, na Conferência de São Francisco. Cabe lembrar que foi em São Francisco, nesse mesmo ano, a criação oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), composta inicialmente por 51 países, cuja finalidade primava pela manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo. Desde sua criação, a ONU está empenhada em: promover o crescimento e melhorar a qualidade de vida dentro de uma liberdade maior; utilizar as instituições internacionais para promoção do avanço econômico e social; conseguir cooperação internacional necessária para resolver os problemas internacionais de ordem econômica, social, cultural ou de caráter humanitário; e promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais de toda a população do globo, sem distinção de raça, credo, sexo, idioma ou cor.

Com a ONU intensificaram-se os debates acerca do conceito e dos meios para se conquistar o desenvolvimento. Passado o pior da crise bélica (Segunda Guerra), foi criada, pelos países aliados e pela própria Organização das Nações Unidas, uma série de programas e organismos especiais para ajudar os países a tratar dos problemas econômicos e sociais de modo a manter o equilíbrio mundial. Dentre esses, pode-se citar o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, o Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, o

Programa para a Educação, Ciência e Cultura, a Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho, cada um com função e instrumentos específicos de atuação, mas com um objetivo em comum: melhorar a qualidade de vida das pessoas.

No entanto, a controvérsia entre os conceitos de crescimento econômico e desenvolvimento ainda não foi bem esclarecida. Como bem observa Scatolin (1989, p.06):

Poucos são os outros conceitos nas Ciências Sociais que têm-se prestado a tanta controvérsia. Conceitos como progresso, crescimento, industrialização, transformação, modernização, têm sido usados freqüentemente como sinônimos de desenvolvimento. Em verdade, eles carregam dentro de si toda uma compreensão específica dos fenômenos e constituem verdadeiros diagnósticos da realidade, pois o conceito prejulga, indicando em que se deverá atuar para alcançar o desenvolvimento.

O debate sobre o tema é acirrado pela conceituação econômica do termo desenvolvimento. Os economistas vêem surgir a necessidade de elaborar um modelo de desenvolvimento que englobe todas as variáveis econômicas e sociais.³ Sob o prisma econômico, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (FURTADO, 1961, p.115-116).

² O desejo de disseminar o progresso e o desenvolvimento econômico também estava expresso na Declaração das Nações Unidas, firmada por representantes de 26 nações, em 1942.

³ Para Souza (1993, p. 15), a discussão a respeito do “desenvolvimento econômico no Brasil tomou forma com os estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1951/53) e do Grupo Misto BNDES-CEPAL (1953/55), que forneceram elementos para os planos nacionais [de desenvolvimento] subseqüentes”.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social

Sandroni (1994) já considera desenvolvimento econômico como crescimento econômico (incrementos positivos no produto) acompanhado por melhorias do nível de vida dos cidadãos e por alterações estruturais na economia. Para ele, o desenvolvimento depende das características de cada país ou região. Isto é, depende do seu passado histórico, da posição e extensão geográficas, das condições demográficas, da cultura e dos recursos naturais que possuem.

Milone (1998) diz que para se caracterizar o desenvolvimento econômico deve-se observar ao longo do tempo a existência de variação positiva de crescimento econômico, medido pelos indicadores de renda, renda per capita,⁴ PIB⁵ e PIB per capita, de redução dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e melhoria dos níveis de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

Souza (1993) aponta a existência de duas correntes de pensamento econômico sobre o tema. A primeira corrente encara o crescimento como sinônimo de desenvolvimento, enquanto na segunda crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. Na primeira corrente estão os modelos de crescimento da tradição clássica e neoclássica, como os de Harrod e Domar.⁶ Já na segunda corrente estão os economistas de orientação crítica, formados na tradição marxista⁷ ou cepalina,⁸ que conceitua o crescimento como uma simples variação quantitativa do produto, enquanto desenvolvimento é caracterizado por

mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. São exemplos dessa última corrente os economistas Raul Prebisch e Celso Furtado.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras.

Scatolin (1989, p.15) diz que essa visão começou a ser difundida, no final da década de 1940, pelos economistas estruturalistas (ligados

⁴ O termo per capita é utilizado para fazer referência ao peso médio. Isto é, quer dizer que representa o somatório da variável em questão dividido pela população.

⁵ Produto Interno Bruto é o somatório de todos os bens e serviços produzidos em uma economia em determinado período de tempo.

⁶ O modelo de Harrod e Domar engloba três variáveis básicas para explicar o crescimento: taxa de investimento (I), taxa de poupança (S) e relação produto/capital (Y/K). Para esses economistas, a taxa de crescimento do produto (Y') é determinada pela propensão a poupar ($s = S/Y$), que representa a parcela da renda não consumida, que servirá para o financiamento do investimento, multiplicada pela relação marginal produto/capital ($v = DY/DK = DY/DI$), que, por sua vez, representa a variação do produto se aumentar uma unidade adicional de capital. Algebricamente, $Y' = s \cdot v$. Assim, se tivermos, por exemplo, $s = 15\%$ e $v = 0,20$ teremos $Y' = 0,03$. Isto quer dizer que o país pode crescer 3% se tiver uma taxa de poupança de 15% da renda e uma relação produto/capital de 0,20 (VASCONCELOS e GARCIA, 1998).

⁷ Pensamento formado no modelo criado por Karl Marx que defende a supressão da exploração do homem por seu semelhante e a instalação do regime socialista.

⁸ Refere-se aos economistas que seguem os ensinamentos da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

à CEPAL), que passaram a encarar o desenvolvimento de maneira bem distinta do crescimento. “Enquanto este era entendido como um processo de mudança ‘quantitativa’ de uma determinada estrutura, desenvolvimento era interpretado como um processo de mudança ‘qualitativa’ de uma estrutura econômica e social.”

Seguindo o raciocínio de Souza (1993), o desenvolvimento econômico requer um ritmo de crescimento econômico contínuo⁹ (k) e superior ao crescimento da população (r). Isso, é claro, englobando mudanças estruturais e melhoria nos indicadores de qualidade de vida. O crescimento aparece, portanto, como a chave para a solução dos problemas humanos e para o desenvolvimento. Porém, numa definição mais detalhada, a questão é saber como as variações de k são distribuídas entre a população. Ainda, se este crescimento é fruto de investimentos em habitação, educação, dentre outros fatores que contribuem para melhorar as condições de vida, ou em armas (equipamentos militares). Analogamente, se tivermos $k < r$ estaremos numa situação em que o crescimento econômico é insuficiente em relação ao crescimento da população. Essa situação é típica dos países e regiões subdesenvolvidas, que também apresentam estruturas econômicas inadequadas e elevada concentração de renda, bem como baixos níveis de condições de vida.

Scatolin (1989, p.7), fazendo uma análise do desempenho dos indicadores de desenvolvimento para o Estado do Paraná, aborda bem essa problemática. Demonstra que “para muitos autores o desenvolvimento é entendido como crescimento econômico. O problema básico da economia brasileira é a falta de crescimento. O grande desafio é que se obtenham taxas de crescimento do produto de forma mais rápida do que as taxas de incremento populacional”.

Nesses termos, o crescimento econômico precisa acontecer em ritmo capaz de atender às solicitações das distintas classes sociais, regiões e países.

É desta maneira que o desenvolvimento passa a ser entendido como uma resultante do processo de crescimento, cuja maturidade se dá ao atingir o crescimento auto-sustentado, ou seja, talvez alcançar a capacidade de crescer sem fim, de maneira contínua. Em nome do desenvolvimento buscaram-se valores crescentes: mais mercadorias, mais anos de vida, mais publicações científicas, mais pessoas com títulos de doutor, dentre vários outros.

Dessa maneira, na procura pelo crescimento sempre está presente o sentimento de que o bom é quando se tem mais, não importando a qualidade desse acréscimo. Nesse sentido, são consideradas desenvolvidas as sociedades capazes de produzir continuamente. É por isso que as nações perseguem o desenvolvimento (este como sinônimo de crescimento econômico) com o objetivo de acumular cada vez mais bens, sem, no entanto, se preocupar com os efeitos dessa acumulação desenfreada (CASTORIADIS, 1987).

Mesmo com tanta controvérsia, o crescimento econômico, apesar de não ser condição suficiente para o desenvolvimento, é um requisito para superação da pobreza e para construção de um padrão digno de vida.

⁹ Milone (1998, p. 512), nos diz que a economia, isto é, “o produto, cresce desde que ocorra: 1) acumulação de capital: através do aumento de máquinas, indústrias etc.; da realização de obras de infra-estrutura: estradas, energia etc.; e do investimento em recursos humanos: melhor preparação da mão-de-obra, etc. 2) crescimento da população: um aumento da população implica um aumento da força de trabalho e da demanda interna. (...). 3) progresso tecnológico: pode ser neutro; poupador de capital ou poupador de trabalho”.

Desenvolvimento e meio ambiente

A preocupação em preservar o meio ambiente foi gerada pela necessidade de oferecer à população futura as mesmas condições e recursos naturais de que dispomos. Essa problemática, que se faz constantemente presente nos nossos dias, foi abordada inicialmente na teoria econômica, em 1798, por Thomas R. Malthus, na sua obra *An Essay on the Principle of Population*, e retomada com maior força na segunda metade do século passado pelo chamado Clube de Roma, que elaborou e publicou um relatório intitulado *The Limits to Growth*, em 1972, sob a organização de Dornella H. Meadows.

Malthus (1996) demonstra preocupação com o estrangulamento da produção de alimentos, que cresce, na sua visão, linearmente em relação ao crescimento exponencial da população. A definição de crescimento linear e crescimento exponencial pode ser melhor entendida se olharmos os conceitos da matemática de função linear e função exponencial. A função linear tem progressão aritmética enquanto a função exponencial tem progressão geométrica. Assim, o crescimento da população seria sempre maior que o acréscimo na produção de alimentos, e chegaria o dia cuja sobrevivência da humanidade ficaria comprometida. Porém, Malthus não contava que as inovações das técnicas e do modo de produção ampliassem a produtividade do setor agrícola, tampouco previa uma redução nas taxas de crescimento da população.

Os autores do texto apresentado pelo Clube de Roma retomaram o postulado de Malthus acrescentando novos elementos à discussão. O modelo elaborado por eles apresenta cinco grandes temas de preocupação global: 1) aceleração da industrialização; 2) aumento dos indicadores de desnutrição; 3) rápido crescimento populacional; 4) deploração dos recursos naturais não renováveis

e 5) deterioração do meio ambiente. Obviamente, sempre pensando no longo prazo, para garantir a sobrevivência das gerações futuras, procuraram direcionar os debates para o caráter sustentável do desenvolvimento. Com isso, chamaram a atenção para problemas, principalmente poluição e degradação do meio ambiente, que afetam a qualidade de vida de todo o planeta e reacenderam a chama do debate sobre o sentido do desenvolvimento (MEADOWS et al., 1972).

O movimento em torno do desenvolvimento sustentável, contra a degradação ambiental, na atualidade é muito grande. Centenas de organizações não governamentais (ONGs) e praticamente todos os governos e órgãos oficiais do mundo lutam pelo controle da poluição e pela preservação da natureza como forma de garantir a qualidade de vida no nosso planeta.¹⁰

Pensar em desenvolvimento é,
antes de qualquer coisa, pensar
em distribuição de renda, saúde,
educação, meio ambiente...

A idéia de desenvolvimento sustentável está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico satisfazendo os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura. Isto é, tem que atender “às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades” (COMISSÃO..., 1991, p.46).

¹⁰ As ONGs são instituições privadas, sem fins lucrativos, que implementam ações socioambientais. Nos últimos anos, as ONGs têm tido participações significativas na luta pela preservação do meio ambiente e por uma melhor qualidade de vida em diversas regiões. Dentre outras ações, as ONGs vêm realizando programas de educação ambiental, de proteção de mananciais, de coleta seletiva e reciclagem de lixo e de conservação da fauna e da flora.

A história do pensamento sobre desenvolvimento sustentável está diretamente ligada à história do pensamento ambiental. O conceito de desenvolvimento sustentável é parte inextrincável do movimento ambientalista que surgiu na Europa e nos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970. Basicamente, podemos dividir a evolução da preocupação com o desenvolvimento sustentável em cinco temas:

- 1) preservação da natureza;
- 2) desenvolvimento da administração (gerenciamento) e da ciência ecológica nos trópicos;
- 3) ambientalismo e crise global;
- 4) ecologia global, conservação e meio ambiente;
- 5) ambientalismo global.

Sachs (1993), discutindo a questão do desenvolvimento sustentável, aponta cinco dimensões de sustentabilidade dos sistemas econômicos que devem ser observadas para se planejar o desenvolvimento: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. O objetivo da sustentabilidade social é melhorar os níveis de distribuição de renda, com a finalidade de diminuir a exclusão social e a distância (econômica) que separa as classes sociais. A sustentabilidade econômica diz respeito a aumentos na eficiência do sistema, seja na alocação de recursos ou na sua gestão. Sustentabilidade ecológica concerne à preservação do meio ambiente, sem, contudo, comprometer a oferta dos recursos naturais necessários à sobrevivência do ser humano. A sustentabilidade espacial refere-se ao tratamento equilibrado da ocupação rural e urbana, assim como de uma melhor distribuição territorial das atividades econômicas e assentamentos humanos. Já a sustentabilidade cultural diz respeito à alteração nos modos de pensar e agir da sociedade de maneira a despertar uma consciência ambiental

que provoque redução no consumo de produtos causadores de impactos ambientais.

Considerando essas dimensões, na visão de Sachs (1993), consegue-se atingir o desenvolvimento sustentável. Isso, obviamente, não esquecendo que os agentes econômicos (empresas, famílias e governo) têm carências que não podem deixar de ser atendidas.

Satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento. Nos países em desenvolvimento, as necessidades básicas de grande número de pessoas – alimento, roupas, habitação, emprego – não estão sendo atendidas. Além dessas necessidades básicas, as pessoas também aspiram legitimamente a uma melhor qualidade de vida. Num mundo onde a pobreza e a injustiça são endêmicas, sempre poderão ocorrer crises ecológicas e de outros tipos. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham atendidas as suas necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar as suas aspirações e uma vida melhor (COMISSÃO..., 1991, p.46-47).

Essa discussão é fundamental para esclarecer a controvérsia entre o conceito de crescimento econômico e o conceito de desenvolvimento. Ampliação do produto é importante, mas não traz por si só desenvolvimento.

Pensar em desenvolvimento é, antes de qualquer coisa, pensar em distribuição de renda, saúde, educação, meio ambiente, liberdade, lazer, dentre outras variáveis que podem afetar a qualidade de vida da sociedade.

Industrialização e desenvolvimento

Na literatura especializada em economia é muito comum associar desenvolvimento com industrialização, pois a indústria é responsável por incrementos positivos no nível do produto, no assim chamado crescimento econômico. Isso ocorre, principalmente, devido à ampliação da

atividade econômica advinda dos efeitos de encadeamento oriundos do processo de industrialização. Tais efeitos servem para aumentar a crença de que a industrialização é indispensável para se obter melhores níveis de crescimento e de qualidade de vida. Essa é a razão pela qual todos os países do mundo almejam tanto industrializar seu território.

Sobre esse tema, Sunkel e Paz (1988) observam que o desenvolvimento da indústria foi durante algum tempo considerado como sinônimo de desenvolvimento econômico. Esse processo, no entanto, não se dá necessariamente de maneira espontânea, pode ser deflagrado por medidas e ações dos governos que vêm na indústria o caminho para alcançar o desenvolvimento. A idéia de buscar o desenvolvimento por meio da industrialização é reforçada pelo desempenho das nações mais industrializadas do planeta, como Estados Unidos e Inglaterra por exemplo, que alcançaram níveis elevados de conforto e de qualidade de vida.¹¹

Na década de 1950, os países subdesenvolvidos deram atenção especial à elaboração e à implementação de planos para se alcançar o desenvolvimento. Porém, esses planos limitavam-se a promover um processo de industrialização intensivo que, por ser sinônimo de crescimento econômico, era encarado como um processo de desenvolvimento econômico (MILONE, 1998).

De acordo com Sunkel e Paz (1988), as políticas de industrialização e de redistribuição de renda foram influenciadas pelas experiências dos Estados Unidos, com o New Deal,¹² e dos regimes existentes na Alemanha e Itália, que adotaram política de gastos públicos para eliminar o desemprego e sair da crise desencadeada pela queda da bolsa de Nova Iorque, em 1929, bem como pela experiência planificadora da extinta União Soviética.

Na América Latina e no Brasil, durante as décadas de 1950, 1960 e 1970, as políticas de desenvolvimento enfatizavam a necessidade de promover o crescimento do produto e da renda por meio da acumulação de capital e da industrialização baseada na estratégia de substituição de importações. Essa estratégia visava produzir internamente o que antes era importado. Para tanto, protegiam-se os produtores internos da concorrência estrangeira por meio de taxas e tarifas de importação, além de uma série de benefícios concedidos pelos governos, que acreditavam ser a industrialização a chave do desenvolvimento. Esse foi o caminho escolhido para se tentar romper os laços de dependência que os países periféricos (subdesenvolvidos ou em desenvolvimento) mantinham, e ainda mantêm, com os países centrais (desenvolvidos).¹³

Sunkel e Paz (1988) dizem que os países centrais, notadamente os Estados Unidos, preocupados com problemas de abastecimento de produtos estratégicos, alimentos e insumos industriais provenientes da América Latina promoveram, juntamente com países dessa região, a intensificação da produção agrícola e de certas

¹¹ “Por isso, a industrialização era entendida a um só tempo como a solução para os problemas enfrentados pela América Latina e o caminho para o desenvolvimento” (SCATOLIN, 1989, p.16).

¹² Programa de governo criado e implementado pelo presidente norte-americano Franklin Roosevelt, em 1933, que previa gastos públicos para gerar emprego e renda e incentivar a demanda agregada da economia.

¹³ Apenas para se ter uma idéia, no ato de criação da ONU, dos 51 países que participaram da Conferência de São Francisco, em 1945, “sólo unos diez o doce podían considerarse países desarrollados e industrializados; de los restantes constituían una proporción mayoritaria los latinoamericanos, que no habían sufrido em sus territorios los efectos destructivos del conflicto belico mundial” (SUNKEL e PAZ, 1988, p.19).

indústrias básicas para que suas economias pudessem continuar funcionando normalmente. Essa cooperação, ao invés de romper, fortaleceu e perpetuou os laços de dependência entre os países do centro e os da periferia.

Sobre esse assunto, Souza (1993, p.14) diz que o processo de industrialização não apareceu em todos os lugares a um só tempo, mas em algumas regiões do mundo. Não obstante, “dentro de cada país, o crescimento tem-se concentrado em alguns centros. Acentuaram-se as desigualdades entre países e regiões [e pessoas], as quais tornaram-se mais evidentes com o crescimento mais do que proporcional dos centros industrializados”.

Sliwiany (1987) argumenta que a industrialização não gera unicamente aumento do produto e da renda nacional, ela amplia a distância entre crescimento econômico e desenvolvimento (qualidade de vida), pois provoca, dentre outros fatores, a destruição e poluição do meio ambiente, distorções de urbanização e alienação do ser humano.

Por muito tempo foi esquecido
que as pessoas são tanto os
meios quanto o fim do
desenvolvimento econômico

Cano (1985, p.29) observa que nas regiões industrializadas do Brasil “a qualidade de vida baixou consideravelmente: ganharam mais indústrias e mais empregos, mas também ganharam mais filas de transporte, menos água, escolas e hospitais (...) e muito mais favelas”.

A participação do Estado como regulador, produtor e indutor do desenvolvimento não trouxe apenas bons resultados para os países da

América Latina, inclusive o Brasil. Conseguiu-se, sem dúvida alguma, ampliar a estrutura produtiva, mas ampliou-se também o hiato entre as taxas de crescimento e de desenvolvimento. Industrialização e crescimento nem sempre significam desenvolvimento. O Brasil é um bom exemplo disso.

A necessidade de promover a industrialização e o crescimento econômico ofusca a visão dos planejadores e dificulta a visualização daquilo que realmente importa no processo de desenvolvimento: a qualidade de vida da população.

Por muito tempo foi esquecido que as pessoas são tanto os meios quanto o fim do desenvolvimento econômico. O que importa, na verdade, mais do que o simples nível de crescimento ou de industrialização é o modo como os frutos do progresso, da industrialização, do crescimento econômico são distribuídos para a população, de modo a melhorar a vida de todos.

O desenvolvimento humano

Após várias décadas na busca de como promover o crescimento econômico, está se redescobrimo que este por si só não é suficiente. Pensa-se hoje, cada vez mais, como as pessoas são afetadas pelo processo de crescimento, ou seja, se os incrementos positivos no produto e na renda total estão sendo utilizados ou direcionados para promover o desenvolvimento humano.

O conceito de desenvolvimento humano é, portanto, mais amplo do que o de desenvolvimento econômico, estritamente associado à idéia de crescimento. Isso não significa contrapô-los. Na verdade, a longo prazo, nenhum país pode manter – e muito menos aumentar – o bem-estar de sua população se não experimentar um processo de crescimento que implique aumento da produção e da produtividade do sistema econômico, amplie as opções oferecidas a seus habitantes e lhes assegure a oportunidade de empregos produtivos e adequadamente remunerados.

Por conseguinte, o crescimento econômico é condição necessária para o desenvolvimento humano [e social] e a produtividade é componente essencial desse processo. Contudo, o crescimento não é, em si, o objetivo último do processo de desenvolvimento; tampouco assegura, por si só, a melhoria do nível de vida da população (PROGRAMA..., 1996, p.01).

Cada vez mais, a sociedade preocupa-se em vislumbrar como o crescimento econômico afeta a qualidade de vida de toda a população. Até bem pouco tempo, os países e regiões eram classificados entre ricos e pobres, usando-se para isso, exclusivamente, as variações do PIB, sem ao menos tentar medir a qualidade de vida dos habitantes.

Furtado (1974, p.75) afirma que “a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem os avanços da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento”.

Lentamente isso está mudando. As pessoas e seu nível de vida estão se tornando o propósito final do desenvolvimento, pois é mais importante saber que oportunidades as crianças e os jovens têm de acesso à educação, à saúde e a uma moradia digna, enfim, de desfrutar uma longa vida produtiva que lhes permita manter uma família, do que saber simplesmente qual foi a variação do PIB do período anterior (PROGRAMA..., 1996).

O desenvolvimento humano está ocupando lugar central no debate sobre o desenvolvimento desde o início da década de 1990. A maior prova disso é a importância que ganhou o Relatório Mundial de Desenvolvimento Humano publicado, a partir de 1990, pelo PNUD.¹⁴ Nesse relatório procurou-se conduzir a discussão sobre o desenvolvimento de forma diferentes da usual. A questão central passa da tradicional pergunta de

quanto se está produzindo para como isto está afetando a qualidade de vida da população. Para difundir essa idéia, a Organização das Nações Unidas vem realizando uma série de conferências que abrangem direta ou indiretamente as questões sociais.¹⁵

A publicação do primeiro relatório sobre o desenvolvimento humano suscitou uma série de debates acerca da eficiência das políticas de crescimento para promover o desenvolvimento humano. Como bem resume Rodrigues (1993, p.20), “o crescimento econômico carece de sentido, se não consegue promover, em última instância, o desenvolvimento humano [e social], entendido como a realização (ou satisfação) pessoal dos indivíduos de um país/região”.

Dessa forma, para atingir o desenvolvimento humano, tem-se que reduzir a exclusão social, caracterizada pela pobreza e pela desigualdade. Em termos simplórios, os países ou regiões devem concentrar-se não apenas no crescimento do bolo, mas também na sua distribuição.¹⁶

¹⁴ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

¹⁵ Por exemplo, a Cúpula Mundial da Infância (Nova Iorque, 1990), a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Rio de Janeiro, 1992), a II Conferência Internacional de Direitos Humanos (Viena, 1993), a Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento (Cidade do Cairo, 1994), a Cúpula Mundial de Desenvolvimento Social (Copenhague, 1995) e a IV Conferência sobre a Mulher, Desenvolvimento e Paz (BEIJING, 1995).

¹⁶ Delfim Netto quando comandava o Ministério da Fazenda, durante a vigência do regime militar no Brasil, elaborou uma máxima para justificar sua política econômica que apresentava características de concentração de renda e, nitidamente, excludente. “Devemos fazer o bolo crescer para depois distribuir”, era sua frase predileta. Essa política agravou as desigualdades sociais e elevou o custo social do sistema econômico brasileiro. Para maiores detalhes, ver FURTADO (1974 e 1977).

Para auxiliar a monitorar a eficiência das políticas adotadas para atingir o tão sonhado desenvolvimento, é imprescindível a existência de um amplo quadro de indicadores de qualidade de vida e desenvolvimento humano.

Considerações finais

No Brasil, na América Latina e em todo o chamado Terceiro Mundo é comum se observar a distribuição desigual de recursos básicos para a maioria da população, tais como educação, saúde, saneamento básico, habitação, renda, dentre vários outros. Essa desigualdade é inerente ao processo de crescimento dessas regiões e deve ser combatida para gerar maiores e melhores benefícios para todos.

O ser humano nunca recebeu toda atenção que merece. Sempre se pensou em termos abstratos, como a elevação do PIB e da renda, esquecendo-se de questionar como o homem é afetado por isso.

A distribuição dos frutos do crescimento econômico deve ser regida pelos princípios da necessidade e da justiça social e não, apenas e tão-somente, pelos desígnios das forças econômicas dominantes e das relações de poder político e dos processos de decisão que, geralmente, favorecem algumas regiões e grupos em detrimento das regiões mais carentes e das camadas marginalizadas da população.

A sociedade pode, e deve, se organizar para transformar os impulsos de crescimento econômico, geralmente desencadeados por forças externas à região, em desenvolvimento, ou seja, em melhores níveis de qualidade de vida para todos.

É preciso pensar um novo cenário que favoreça o conjunto da população e não, apenas e tão-somente, pequenos grupos sociais. É preciso pensar em uma economia social, a serviço de todos, em favor da melhoria dos indicadores de qualidade de vida. Não se pode pensar o contrário, seria como andar na contramão da história.

Referências

- CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração de renda no Brasil: 1930-1970. São Paulo: Global e Ed. Unicamp, 1985.
- CASTORIADIS, Cornelius. As encruzilhadas do labirinto II: domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1991.
- FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.
- FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.
- MALTHUS, Thomas Robert. Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MEADOWS, Donella H. et alii. The limits to growth. Nova Iorque: Universe Books, 1972.

MILONE, Paulo César. Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas. In: MONTORO FILHO, André Franco et alii. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1998.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório sobre desenvolvimento humano no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/PNUD, 1996.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. O índice do desenvolvimento humano (IDH) da ONU. Revista Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, julho 1993.

SACHS, Ignacy. As cinco dimensões do ecodesenvolvimento. In: ESTRATÉGIAS de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SANDRONI, Paulo. Dicionário de economia. São Paulo: Atlas, 1994.

SCATOLIN, Fábio Dória. Indicadores de desenvolvimento: um sistema para o Estado do Paraná. Porto Alegre, 1989. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do rio Grande do Sul.

SOUZA, Nali de Jesus de. Desenvolvimento econômico. São Paulo: Atlas, 1993.

SLIWIANY, Regina Maria. Estatística social: como medir a qualidade de vida. Curitiba: Araucária Cultural, 1987.

SUNKEL, Osvaldo; PAZ, Pedro. El sudesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo. 22. ed. México: Siglo XX Editores, 1988.

VASCONCELOS, Marco Antonio; GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de economia. São Paulo: Saraiva, 1998.